



**Ministério da Educação
Auditoria Interna**

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT

Exercício de 2023

UFV

Universidade Federal de Viçosa

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Victor Godoy Veiga

Reitor

Demetrius David da Silva

Vice-Reitora

Rejane Nascentes

Pró-Reitores

Administração

Taciano Oliveira da Silva

Assuntos Comunitários

Sylvia do Carmo Castro Franceschini

Ensino

João Carlos Pereira da Silva

Extensão e Cultura

José Ambrósio Ferreira Neto

Gestão de Pessoas

Luiz Antônio Abrantes

Pesquisa e Pós-Graduação

Raul Narciso Carvalho Guedes

Planejamento e Orçamento

Evandro Rodrigues de Faria

Diretores

Campus Florestal

Antônio César Pereira Calil

Campus Rio Paranaíba

Renato Adriane Alves Ruas

Centro de Ciências Agrárias

Mário Luiz Chizzotti

**Centro de Ciências Biológicas e da
Saúde**

João Marcos de Araújo

**Centro de Ciências Exatas e
Tecnológicas**

Danielle Dias Sant'Anna Martins

**Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes**

Odemir Vieira Baeta

Auditoria Interna

Auditor-Chefe

Mateus Henrique de Castro Dias

Chefe de Expediente

Érica Monteiro Andrade Barreto

Equipe Técnica

Aline Xisto Rodrigues

Artur de Assis Rangel Crespo

Flávia dos Reis Arruda

Laís Silva Dias

Luís Otávio Pacheco

Maria Olímpia dos Santos Silva

Paula Carolina Santos Lopes

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Relação atualizada dos servidores da Audin.....	3
Quadro 2: Serviços de Auditoria – 2023.....	6
Quadro 3: Relatórios de Auditoria Interna para monitoramento em 2023... 	8
Tabela 1: Atividades de Auditoria – 2023.....	4
Tabela 2: Ações de Capacitação – 2023.....	7

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Audin – Unidade de Auditoria Interna

CGU – Controladoria Geral da União

CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno

Consu – Conselho Universitário

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

FonaiTec - Capacitação Técnica dos Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação

HH – Homens-Hora

IA-CM – *Internal Audit Capability Model* (Modelo de Capacidade de Auditoria Interna)

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IIA – Instituto dos Auditores Internos

KPA – *Key Process Area*

Paint – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PGMQ – Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna

SEGES - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

TCU – Tribunal de Contas da União

UAIG – Unidade de Auditoria Interna Governamental

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNAMEC- União Nacional dos Auditores do Ministério da Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA	3
2.1. Serviços de Auditoria.....	5
2.2. Capacitação dos Servidores.....	6
2.3. Monitoramento de Recomendações	7
2.4. Gestão e Melhoria Da Qualidade.....	8
2.5. Gestão Interna da UAIG	9
2.6. Levantamento de Órgãos de Controle Externo	9
2.7. Reserva Técnica	10
3. PREMISSAS, RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DO PLANO	11
4. ORÇAMENTO OPERACIONAL	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13
Anexo I.....	14
Anexo II.....	15
Anexo III.....	30



1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna (Audin) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) apresenta o seu Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAINT) - exercício 2023 - em atendimento ao Capítulo II da Instrução Normativa nº 05, de 02 de setembro de 2021 da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU), tendo como objetivo definir os trabalhos prioritários a serem realizados no período objeto do plano, seguindo os princípios orientadores: autonomia técnica, objetividade e harmonização com as estratégias, objetivos e riscos da UFV.

Conforme o artigo 5º da IN CGU nº 05/2021, a proposta de PAINT e suas eventuais alterações devem ser encaminhados à CGU para avaliação, com vistas a harmonizar e racionalizar os trabalhos de auditoria no âmbito do Poder Executivo Federal. A partir de 2022, a forma de envio do PAINT à CGU ocorre exclusivamente por meio da plataforma eletrônica *E-Aud*, sistema desenvolvido pela própria Controladoria, onde é requisitado tão somente dados em campos padronizados e por meio de modelo de planilha eletrônica, no caso, a [Planilha de Serviços de Auditoria \(Anexo I\)](#).

Não obstante, a Audin decidiu manter o documento em formato de relatório resumido para fins de apresentação ao Conselho Universitário (Consu) e para o público em geral, como mecanismo de transparência de suas ações. Nesse sentido, o presente documento contém todas as informações prestadas à CGU, adicionado os detalhes necessários à compreensão dos trabalhos propostos.

A proposta apresentada pela Audin foi considerada adequada pela CGU, órgão de Supervisão Técnica, em 12.12.2022, conforme documento extraído do sistema E-Aud, contido no [Anexo III](#).



2. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Para estimar a quantidade e o escopo das atividades relacionadas ao órgão de auditoria na execução do Plano calculou-se a capacidade total da força de trabalho alocada na Audin e, com base nessa mensuração, definiu-se os processos (serviços de auditoria) prioritários de trabalho para o exercício de 2023.

Além dos trabalhos de auditoria propriamente ditos, o Plano contém a previsão de atividades voltadas à capacitação dos servidores da Audin, ao monitoramento de recomendações, à gestão interna e da melhoria da qualidade e uma reserva técnica para ações que poderão surgir no decorrer do exercício.

Conforme o artigo 8º de seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 17/2020 do Consu, a Audin é formada pelo Auditor-Chefe, Secretaria de Expediente e Equipe Técnica, esta com atuação descentralizada nos 3 *campi* da Instituição, totalizando 9 (nove) servidores, conforme quadro a seguir:

Quadro 1: Relação atualizada dos servidores da Audin

Nome	Cargo	Composição
Aline Xisto Rodrigues	Administradora	Equipe Técnica
Artur de Assis Rangel Crespo	Auditor	Equipe Técnica
Érica Monteiro Andrade Barreto	Auxiliar em Administração	Secretaria de Expediente
Flávia dos Reis Arruda	Auditor	Equipe Técnica
Laís Silva Dias	Auditor	Equipe Técnica
Luís Otávio Pacheco	Auditor	Equipe Técnica
Maria Olímpia dos Santos Silva	Administradora	Equipe Técnica
Mateus Henrique de Castro Dias	Contador	Auditor-Chefe
Paula Carolina Santos Lopes	Administradora	Equipe Técnica

Para a elaboração do PAINTE 2023 levou-se em consideração a disposição da força de trabalho utilizando-se a unidade de medida “homens-hora” (HH), como requerido pela CGU no ambiente do sistema *E-Aud*, descontando-se o período de



férias (30 dias) para a distribuição das atividades descritas na IN CGU nº 05/2021, por meio da seguinte fórmula:

$$HH = QS \times JD \times DM \times 11$$

Onde,

QS: Quantidade de servidores

JD: Jornada de trabalho por dia

DM: Dias úteis no mês

Pela aplicação da fórmula chega-se a um total de 16.632 homens-hora ($HH = 9 \times 8 \times 21 \times 11 = 16.632$) nos 11 meses disponíveis da força de trabalho. Após o dimensionamento da força de trabalho realizou-se a seguinte distribuição entre as atividades de auditoria, considerando a IN CGU nº 05/2021 e o sistema *E-Aud*:

Tabela 1: Atividades de Auditoria – 2023

Categoria	HH	%
Serviços de auditoria	8584	52%
Capacitação	630	4%
Monitoramento	2324	14%
Gestão e melhoria da qualidade - PGMQ	533	3%
Gestão interna	2898	17%
Levantamento de Órgãos de Controle Externo	332	2%
Demandas extraordinárias	1331	8%
Total Alocado PAINT	16.632	100%



Tendo isso em vista, detalharemos a seguir as motivações para a proposição destas atividades.

2.1. Serviços de Auditoria

Conforme o dispõe a IN CGU nº 05/2021 o PAINT deve conter a relação dos serviços de auditoria a serem realizados com informações sobre o tipo de serviço (avaliação, consultoria ou apuração), o objeto, o objetivo, as datas previstas de início e conclusão, a carga horária prevista e a origem da demanda.

Para o estabelecimento dos serviços de auditoria, consideraram-se as seguintes situações: (i) trabalhos decorrentes de obrigação legal, que por sua própria natureza devem ser executados; (ii) trabalhos de avaliação, baseados em risco, fornecendo opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria e (iii) trabalhos de consultoria, abordando assuntos estratégicos da gestão, como os processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Os trabalhos decorrentes de obrigação legal, para o exercício de 2023, foram definidos em função da Portaria 8.678/2021 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEGES), além de determinações contidas no acórdão 1.178/2018 proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para definir os trabalhos de avaliação em 2023, a Audin considerou a matriz de riscos relevantes, **Anexo II**, elaborada pela Gestão, com apoio da Audin, em serviço de consultoria voltado ao desenvolvimento da gestão de riscos na UFV, junto à Diretoria de Governança Institucional (DGI) da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO).

Os serviços de consultoria, com o objetivo de assessorar, aconselhar e fornecer outros serviços relacionados à Administração Superior foram programados em face à solicitação da Gestão para o desenvolvimento dos temas “Concurso Público” e “Gestão do Transporte Institucional”.



O Quadro a seguir apresenta o resumo dos serviços de auditoria propostos para o exercício de 2023:

Quadro 2: Serviços de Auditoria – 2023

Objeto	Objetivo da Auditoria
Contratações públicas	Avaliação da governança, da gestão de riscos e do controle preventivo na fase de licitação
Fundações de Apoio	Avaliar a transparência na gestão de recursos públicos no relacionamento com as fundações de apoio
Serviços de assistência ao estudante	Avaliação do processo serviços de assistência ao estudante
Gestão de Transportes	Facilitação e assessoramento para o desenvolvimento da governança, gestão de riscos e aprimoramento dos controles internos adotados no processo de Gestão de Transporte Institucional
Concurso Público	Aprimorar a governança, gestão de riscos e controles do processo de concurso público dos técnicos administrativos em educação

2.2. Capacitação dos Servidores

A Audin estabeleceu a necessidade de 640 horas de capacitação para a execução do PAINT, conforme tabela 2 e de acordo com o previsto no artigo 4º da IN CGU nº 05/2021.

Dessa forma, os servidores participarão de eventos de capacitação em que haja consonância com atividades de auditoria de acordo com o seu caráter multidisciplinar e atuação profissional.

As ações de capacitação também visam atender ao propósito do planejamento de médio prazo da Audin, materializado no Plano de Negócios 2022-2025, aprovado em 16.12.2021 pelo Consu.

**Tabela 2: Ações de Capacitação – 2023**

Curso/Evento	Carga Horária	Qtde Servidores	HH
FonaiTec 1º semestre	20	2	40
FonaiTec 2º semestre	20	2	40
Cursos EAD CGU	16	4	64
Cursos EAD TCU	20	4	80
Semana Orçamentária	20	2	40
Certificação CIA - IIA	53	2	106
Cursos - ENAP	20	5	100
Cursos - Unamec	20	4	80
Conaci	20	4	80
Total Alocado			630

2.3. Monitoramento de Recomendações

Para o exercício de 2023, o monitoramento incluirá as recomendações emitidas no próprio exercício, oriundas dos trabalhos de avaliação inicialmente programados. Também serão monitorados relatórios de auditoria decorrentes de trabalhos de avaliação e consultoria anteriores ao exercício de 2023, cujos os prazos constantes dos planos de ação firmados com a Gestão tenham expirado.

O quadro 3, a seguir, apresenta os relatórios de auditoria que deverão ser monitorados ao longo do exercício de 2023:

**Quadro 3: Relatórios de Auditoria Interna para monitoramento em 2023**

Relatório	Objeto
RAI 03/2019	Monitoramento das recomendações expedidas pela CGU Relatório Anual de Contas nº 201700861
RAI 04/2019	Avaliação da Gestão Patrimonial
RAI 08/2019	Avaliação do Processo de Estágio Probatório
RAI 01-2022	Avaliação do processo eletrônico e transparência ativa
RAI 02-2022	Consultoria em avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos

2.4. Gestão e Melhoria Da Qualidade

O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), foi instituído na UFV por meio da [Resolução Consu nº 18/2019](#), de 16.12.2019, tem por objetivo estabelecer atividades de caráter permanente, destinadas a avaliar a qualidade, a produzir informações gerenciais e a promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna da UFV.

Seguindo a recomendação da Portaria CGU nº 777/2019, adotou-se o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o Setor Público (IA-CM), desenvolvido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), para identificação dos elementos necessários ao estabelecimento de uma atividade de auditoria interna efetiva.

Tendo como base o referencial disponibilizado pela CGU, pretende-se trabalhar ao longo do exercício de 2023:

- Indicadores gerenciais;
- Pesquisa de percepção da alta gestão sobre a atividade de auditoria interna;
- Questionário de avaliação do trabalho de auditoria pelos gestores;
- Questionário de avaliação do trabalho de auditoria pelos auditores;



- *Check-list* de avaliação interna periódica de qualidade.

Pretende-se realizar, em 2023, a auto avaliação com base no modelo IA-CM para verificação dos avanços realizados desde o último procedimento de auto avaliação, realizada em agosto de 2020.

2.5. Gestão Interna da UAIG

Diversas são as atividades de gestão de uma Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), que vão desde a rotina de controle das tarefas desenvolvidas pelos servidores, suprimento de materiais de uso/consumo até a supervisão dos trabalhos realizados pelas equipes de auditoria.

Dentre as atividades previstas neste item está o parecer de auditoria sobre a prestação de contas da UFV referente ao exercício de 2022, nos termos do capítulo IV da Instrução Normativa CGU nº 05/2021.

No exercício de 2023, pretende-se concretizar as seguintes ações de melhoria:

- Padronizar os procedimentos de auditoria;
- Publicar o manual de atividades de auditoria, contendo a padronização de rotinas e documentos;
- Conduzir o Plano de Negócios da Audin;
- Consolidar a política de armazenamento dos papéis de trabalho;
- Atualizar o plano de gestão de riscos da Audin; e
- Atualizar o universo de auditoria.

2.6. Levantamento de Órgãos de Controle Externo

Considerando o histórico recente da Unidade de Auditoria Interna, estima-se um total de 332 horas de trabalho para atender demandas oriundas de órgãos de



controle externo. São demandas oriundas do TCU e da CGU nas quais a Auditoria Interna poderá cooperar tecnicamente.

2.7. Reserva Técnica

Estima-se um total de 1.331 horas de trabalho para o tratamento de demandas extraordinárias recebidas pela UAIG durante a realização do PAINT.

Tais demandas geralmente se dão por meio de reuniões esporádicas, conduzidas pela alta administração (Reitoria, Vice-Reitoria ou Pró-Reitorias), com a presença de gestores dos órgãos técnico-administrativos da instituição. Essas reuniões, de caráter pontual, objetivam examinar casos específicos bem como a tomada de decisão, ora de natureza preventiva ou corretiva, a fim de nortear os procedimentos dos gestores no tocante à consecução de ações de curto/curtíssimo prazo. Nesse sentido, a unidade de Auditoria Interna busca contribuir proferindo orientações técnicas, respaldada em jurisprudências do TCU, subsidiando a tomada de decisão dos gestores.

A Auditoria Interna pode ser instada a desenvolver trabalho de apuração com a finalidade de averiguar atos e fatos inquinados de ilegalidade ou de irregularidade praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais



3. PREMISSAS, RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DO PLANO

As principais premissas, restrições e riscos identificados pela Equipe de Auditoria na execução do Plano são:

- Maior participação da unidade auditada no desenvolvimento do trabalho, fornecendo tempestivamente as informações solicitadas.
- Licenças médicas ou outros motivos previstos na legislação que afastem os servidores das atividades de auditoria interna.
- Ausência de disponibilidade de recursos financeiros para capacitação da equipe de auditoria interna.
- Limitação técnica da equipe de auditoria interna.
- Ausência de entendimento adequado, por parte dos gestores, quanto à importância dos trabalhos da auditoria interna.
- Não implementação ou implementação parcial das recomendações emitidas pela Auditoria Interna.
- Dificuldades de comunicação e interpretação, por parte da Unidade Auditada, das recomendações emitidas pela auditoria interna.



4. ORÇAMENTO OPERACIONAL

Conforme consta em seu Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), a Audin adotou a Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o Setor Público - IA-CM – desenvolvido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), para identificação dos elementos necessários ao estabelecimento de uma atividade de auditoria interna efetiva.

Um dos requisitos do IA-CM é o estabelecimento de um Orçamento Operacional para Unidade de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração (KPA 2.7). No caso da UFV, tal previsão encontra-se amparada no artigo 17, Inciso IV, do Regimento Interno da Audin.

O Orçamento Operacional foi implementando por meio do processo SEI nº 23114.903273/2021-69, de modo a definir os critérios para melhor alocação dos recursos orçamentários disponíveis, visando estabelecer uma política para o Orçamento Operacional da Audin.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Portaria nº 777, de 18 de fevereiro de 2019**. Brasília, 2019a. Disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/64160869 >, acesso em 10 nov. 2021.

_____. Controladoria – Geral da União. Instrução Normativa nº 05, de 27 de agosto de 2021. **Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna e sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-5-de-27-de-agosto-de-2021-342352374>>. Acesso em 10 nov. 2021.

_____. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Portaria nº 8678/2021. Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-seges/me-n-8.678-de-19-de-julho-de-2021-332956169> > Acesso em 10 nov. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Conselho Universitário. **Resolução nº 18/2019, de 16 de dezembro de 2019**. Institui o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2019.

_____. **Resolução nº 17/2020, de 17 de dezembro de 2020**. Aprova o Regimento Interno da Auditoria Interna da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2020.

Anexo I

Planilha de Serviços de Auditoria

Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	HH	Observações/Justificativas
Assistência Estudantil	Avaliação dos serviços de assistência ao estudante	Avaliação de Riscos	01/02/23	31/08/23	2324	
Gestão de Transportes	Consultoria para o desenvolvimento da governança, gestão de riscos e aprimoramento dos controles internos adotados no processo de Gestão de Transporte Institucional	Solicitação da Gestão	01/02/23	31/07/23	1510	
Concurso Público	Consultoria para o aprimoramento dos mecanismos de governança, gestão de riscos e controles do processo de concurso público dos técnicos administrativos em educação	Solicitação da Gestão	01/04/23	31/07/23	996	
Contratações Públicas	Avaliação da governança, da gestão de riscos e do controle preventivo na fase de licitação	Obrigação Legal	01/04/23	31/10/23	1750	Portaria SEGES ME nº 8678/2021
Fundações de Apoio	Avaliar a transparência na gestão de recursos públicos no relacionamento com as fundações de apoio	Outros	01/04/23	30/09/23	2004	Acórdão 1.178/2018 TCU - Plenário
Total alocado					8584	

Anexo II

Matriz Resumida dos Riscos Relevantes - UFV

Macroprocessos	Processos	Score	Descrição do risco	Evento	Causa	Consequência/ Impacto	Ações de Tratamento de Riscos	Probabilidade de Ocorrência do Risco	Impacto do Risco
Ensino	Processo seletivo e matrícula – Ingresso na Graduação	4	Problemas na realização do ENEM	Não realização ou atraso na realização do ENEM	Mudança no cenário político. Fraude no processo.	Atraso na matrícula, alteração no calendário acadêmico, vagas ociosas	Acesso às vagas por outras formas de ingresso	Baixa	Alto
			Ingresso na graduação não compatível ao programa de reserva de vagas	Desligamento do ingressante regular	Subjetividade da legislação; Ausência de informações de outras bases que permitam a validação; falta de critérios de avaliação definidos e divulgados para a equipe de matrícula; Fraude na documentação	Recursos administrativos e/ou judiciais que poderão gerar vagas ociosas	Capacitação da equipe de matrícula e das Comissões de verificação dos documentos	Baixa	Baixo
	Processo seletivo e matrícula – Ingresso no Ensino Médio e Técnico	5	Problemas na formulação e aplicação do exame de seleção	O processo seletivo elaborado pela própria instituição	Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados Nepotismo Conflito de interesses Pressão interna ou externa ilegal ou antiética para influenciar agente público Solicitação ou recebimento de vantagem indevida - falta de transparência	Processo seletivo inidoneo; Recursos Judiciais	Aumento do controle e fiscalização do processo; Maior publicidade das etapas do processo seletivo	Média	Médio

			Ingresso não compatível ao programa de reserva de vaga	Desligamento do ingressante regular	Subjetividade da legislação; Ausência de informações de outras bases que permitam a validação; falta de critérios de avaliação definidos e divulgados para a equipe de matrícula; Fraude na documentação	Recursos administrativos e/ou judiciais que poderão gerar vagas ociosas	Capacitação da equipe de matrícula e das Comissões de verificação dos documentos	Baixa	Baixo
	Monitoramento da trajetória acadêmica dos discentes e formatura	6	Não conclusão do curso pelo discente	Evasão dos discentes; Dados insuficientes para construção de indicadores	Monitoramento acadêmico ineficiente	Alteração na classificação dos cursos; vagas ociosas; redução orçamentária	Criação de sistema para monitoramento contínuo dos dados acadêmicos; Capacitação dos Docentes	Média	Alto
	Manutenção das edificações e infraestrutura do campus	6	Ausência de manutenção adequada das edificações e estruturas do campus	Edificações inadequadas ao uso à que se destinam. Vias de acesso à veículos e pedestres insuficientes ou inadequadas.	Falta de planejamento das ações de manutenção. Sistema de controle das ordens de serviços obsoleto. Falta de capacitação da equipe técnica. Restrição orçamentária.	Degradação das edificações e da infraestrutura.	Planejamento das ações. Implantação de sistema informatizado. Capacitação.	Média	Alto
Administração	Projetos e Obras	9	Uso indevido das edificações	Sobrecarga do sistema elétrico, Esgotamento hidrossanitário indevido, incêndios	Usuários utilizam os locais de forma inadequada; Instalação de equipamentos acima da capacidade da rede elétrica; Não observância aos projetos aprovados	Segurança dos usuários comprometida; Dano ao patrimônio público	Conscientização dos usuários; Controles de uso dos equipamentos; Avaliação periódica das edificações; Atualização das normas de uso	Média	Alto

		Elaboração de projetos de obras e serviços de engenharia e Orçamentação sem a observância das normas legais	Obras e serviços de engenharia inadequados aos fins que se destinam	Falta de capacitação do corpo técnico. Inobservância às normas legais.	Contratação/execução de obras e serviços de engenharia inadequados. Dano ao erário. Insegurança a integridade institucional.	Capacitação. Observância às legislações pertinentes	Baixa	Alto
Segurança Patrimonial e Comunitária	3	Ausência de vigilância permanente.	Comprometimento da segurança da instituição e dos usuários.	Descontinuidade da prestação do serviço contratado. Quantidade insuficiente de câmeras instaladas ou falta de manutenção	Aumento dos eventos de roubos, furtos e insegurança.	Capacitação. Planejamento e fiscalização do contrato.	Baixa	Alto
Transporte	9	Veículos não rastreados.	Ausência ou falha no rastreamento veicular.	Falha na execução do contrato ou obsolescência do equipamento. Falta de manutenção veicular.	Dificuldade em apurar as informações de deslocamento, condutor e relatório de viagem. Dano ao erário.	Capacitação. Planejamento e fiscalização do contrato.	Baixa	Alto
		Ineficiência na gestão da frota e controle das viagens	Falta de veículos para atendimento da demanda.	Falta de planejamento. Ineficiência do sistema de gestão. Parâmetros insuficientes nas cláusulas contratuais.	Dano ao erário. Desabastecimento da frota. Ineficiência no atendimento da demanda institucional.	Capacitação. Planejamento e fiscalização do contrato. Sistema de gestão.	Média	Alto
Meio Ambiente	15	Análise das condições das árvores realizada de forma insuficiente	Queda de galhos e árvores	Idade das árvores. ataques de animais xelófagos; intempéries; Falta de constância da manutenção; Quadro de servidores insuficiente	Risco aos transeuntes; aos veículos; às edificações; Entupimento das tubulações pluviais;	Capacitação das equipes; Planejamento das ações; Aumento do quantitativo de servidores;	Média	Alto

			Captação insuficiente de água.	Desabastecimento de água	Fornecimento de água subdimensionado para atendimento a demanda. Falha no sistema operacional do fornecimento. Infraestrutura inadequada. Redução do índice pluviométrico.	Falta de abastecimento de água no campus, prejuízo das atividades administrativas e acadêmicas	Investimento em infraestrutura, planejamento e parcerias com órgãos municipais	Alta	Alto
Assuntos Comunitários	Serviços de assistência ao estudante	27	Política de redução de servidores dedicados à gestão do serviço de moradia estudantil	Falta de servidores para a gestão eficiente do serviço de moradia estudantil	Restrição orçamentária, política interna não prioriza ações voltadas às moradias estudantis	Uso indevido dos moradias estudantis e falta de manutenção das edificações. Falta de fiscalização que leva ao uso irregular das moradias estudantis; Insegurança de aproximadamente 1.300 residentes das moradias	Planejamento das contratações de mão de obra para ampliação do quadro dedicado à moradia ; Ampliação do diálogo institucional	Alta	Alto
			Gestão descentralizada dos Recursos do PNAES	Gestão do recurso PNAES desvinculada da gestão da assistência estudantil	Recursos em quantitativo menor que o necessário para as ações de assistência estudantil, a gestão descentralizada dos recursos entre diferentes Pró-Reitorias; vários sistemas para gerenciar a prestação de contas desse recurso. Falta de autonomia e ações participativas na gestão dos recursos.	Inconsistência na prestação de contas; possível uso indevido do recurso PNAES. Impacto negativo na prestação dos serviços de assistência estudantil. Possibilidade de comprometimento do repasse de recursos orçamentários futuros.	Gerenciamento informatizado consolidado. Centralização e autonomia do processo de gestão orçamentária do PNAES. Orçamento participativo dos recursos do PNAES.	Alta	Alto

			Avaliação Socioeconômica não contínua	Desenquadramento dos beneficiários dos serviços para a concessão.	Procedimentos de concessão e enquadramento econômico social não condizem com os critérios estabelecidos. As informações dos estudantes estão desatualizadas junto a pró-reitoria. Controle interno pouco efetivo. Número limitado de servidores na pró-reitoria	Dano ao erário, gasto público não racional, dano a imagem da UFV, perda da confiança dos usuários na lisura dos serviços prestados pela pró-reitoria. Não permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculado na UFV.	Criação de equipe multidisciplinar para análise de dados. Melhorar os controles internos desse processo e estimular nos estudantes a cultura do controle social do gasto público.	Alta	Alto
	Promoção da saúde e qualidade de vida à comunidade e universitária	9	Falta de atendimento médico e psicossocial à comunidade universitária.	Capacidade limitada de atendimento aos serviços de saúde e atenção psicossocial.	Quadro de servidores com quantitativo insuficiente. Restrição orçamentária. Infraestrutura inadequada nos <i>campi</i>	Aumento de doenças, absenteísmos e afastamento de servidores. Sobrecarga do serviço público de saúde dos municípios. Evasão dos discentes em função de problemas de saúde. Retenção escolar e aumento nos casos de suicídios.	Contratação de novos servidores. Melhoria nas condições de infraestrutura e distribuição de insumos. A construção de infraestrutura apropriada à demanda de serviços prestados nos <i>campi</i>	Alta	Alto
	Alimentação Estudantil. (RU)	15	Qualidade da água disponível para consumo humano.	Má qualidade da água	Manutenção inexistente ou inadequada dos bebedouros	Exposição da comunidade às doenças transmitidas pela água;	Manutenção periódica dos bebedouros com filtro	Alta	Alto

			Não fornecimento da alimentação com qualidade, higiênico-sanitária e saudável	Comunidade acadêmica não atendida com alimentação saudável e de qualidade.	Ineficiência na fiscalização do contrato e na inspeção da vigilância sanitária, descentralização das ações das pró-reitorias e falta da autonomia na pró-reitoria PCD no uso do recurso do PNAES	Má qualidade dos serviços contratados, dano a saúde da comunidade universitária.	Melhorar o planejamento e a fiscalização dos contratos dos restaurantes universitários, lanchonetes e demais restaurantes. Treinamentos para os fiscais e gestores do contrato. A pró-reitoria PCD obter autonomia no uso do recurso do PNAES. Ampliação do quadro de servidores e terceirizados	Média	Alto
Gestão de Pessoas	Contratação de servidores - TAE	7	Irregularidades ou impropriedades no concurso público	Atraso na realização do concurso público e contratação	Falta de planejamento; ausência de definição de procedimentos, má fé de agente público, despreparo da equipe	Dano a integridade e ao erário; morosidade na reposição de vagas ociosas; ações judiciais e mandados de segurança; dano a imagem	Planejamento anual de contratação; capacitação da equipe. Equipe própria para realização do concurso	Baixa	Alto
			Lotação inadequada	Inadequação do perfil do servidor.	Falta de treinamento; falta de planejamento de lotação do servidor, reposições automáticas impossibilitando a análise do perfil do candidato	Remoção interna frequente; prejuízo dos serviços prestados.	Análise curricular; capacitação; planejamento e Matriz de distribuição	Média	Médio

	Gestão TAE	9	Acumulação indevida de cargos	Não cumprimento da jornada de trabalho	Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados; Conflito de interesses. Má fé de agente público; Mudança na legislação	Dano ao erário; má qualidade do serviço público	Melhoria contínua dos controles; Instauração de processos administrativos disciplinares.	Baixa	Baixo
			Desvio de função	Servidor exercendo função diferente do cargo concursado.	Conivência das chefias; Cultura organizacional; Falta de planejamento	Passivo trabalhista, dano ao erário e à integridade da instituição	Mudança da cultura organizacional; Planejamento; Melhorias nos controles	Média	Médio
			Não cumprimento da jornada de trabalho integral do servidor - controle de frequência	Ausência do servidor no seu horário de trabalho.	Falta de controle de frequência da chefia imediata; má fé ou conduta antiética de agente público	Não compensação de horas devidas, dano ao erário; má qualidade do serviço público.	Compensação de horas não trabalhadas; Penalidades, capacitação contínua de chefias	Média	Médio
	Gestão docente	1	Quebra de dedicação exclusiva	Docente em regime de dedicação exclusiva envolvido em trabalhos/projetos externos a instituição	Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados; Conflito de interesses; má fé do agente público; desinformação/desconhecimento da legislação pertinente; falta de controle de frequência do docente.	Dano ao erário, ilegalidade	Cruzamento de dados; Controle de frequência; Penalidades.	Baixa	Baixo
	Estágio Probatório	1	Ineficiência na avaliação de servidor em estágio probatório	Efetivação ou exoneração indevida de servidor; Atraso nas etapas de avaliação.	Fragilidade na avaliação; falta de planejamento e acompanhamento dos órgãos envolvidos; Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados;	Estabilidade de "servidor-problema"; Processo administrativo para efetivação de servidor mal avaliado	Capacitação da comissão de estágio probatório; Controle dos processos por meio de sistema próprio de estágio probatório.	Baixa	Baixo

Pesquisa e Pós-Graduação	Pagamento de servidores	6	Pagamentos sem respaldo legal	Pagamento de remuneração e verba indenizatória indevidamente.	Fragilidade no controle e fiscalização; descumprimento da legislação; má fé do agente público; equívoco no cálculo de remuneração e benefícios, mudança na legislação.	Dano ao erário; oneração da folha de pagamento	Capacitação; segregação de função.	Média	Alto
	Capacitação	2	Não conclusão de capacitação realizada com licença remunerada	Não qualificação do servidor	Exiguidade do tempo de licença, fator superviniente ou má fé	Dano ao erário	Prestação de contas; Acompanhamento do servidor;	Baixa	Médio
	Avaliação de Desempenho	9	Ineficiência na avaliação anual de servidor técnico-administrativo	Concessão automática de progressão	Fragilidade na avaliação; falta de planejamento e acompanhamento dos órgãos envolvidos; Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados;	Dano ao erário	Treinamento contínuo das chefias; estabelecimento de metas	Alta	Alto
	Absenteísmo	6	Ausência do servidor no local de trabalho	Licença médica, falta injustificada	Problemas de relacionamento interpessoal, problemas ergonômicos, problemas pessoais, desmotivação	Sobrecarga de trabalho; Dano ao serviço prestado.	Treinamento contínuo das chefias, adaptação da estrutura do local de trabalho	Média	Alto
	Pós Graduação	27	Problemas na formulação e aplicação do exame de seleção.	Atraso na seleção e ingresso. Recrutamento de discente inadequado	Processo inadequado de seleção e subjetividade de editais.	Selecionar indevidamente discentes para o programa de pós graduação.	Otimização e padronização dos processos de seleção.	Média	Alto
Ineficiência na gestão orçamentária-financeira dos PPG's			Escassez e má distribuição dos recursos	Falta de capacitação administrativa, secretarias e coordenações dos programas	Má utilização dos recursos	Capacitação administrativa.	Alta	Alto	

Extensão e Cultura			Ineficiência na gestão, controle e transparência do programa.	Má gestão, comprometendo o recrutamento, fluxo discente, tempo médio de titulação		Má gestão dos programas		Alta	Alto
			Ineficiência na gestão do programa de bolsas.	Distribuição insatisfatória de bolsas.	Negligência por parte dos envolvidos na seleção dos bolsistas; acúmulo de bolsas.	Falta de atratividade e redução da qualidade dos programas.	Aprimorar o sistema de distribuição e acompanhamento da concessão das bolsas.	Baixa	Alto
	Pesquisa	18	Dependência da captação de recursos públicos	Comprometimento de recursos financeiros para pesquisa	Restrição orçamentária. Maior acessibilidade aos recursos públicos em detrimento à outras fontes. Burocracia nos processos internos para captação de recursos privados	Redução do número de ingressantes, descontinuidade na pesquisa.	Aumentar e diversificar as fontes de captação de recursos. Desburocratização e agilização dos processos relacionados aos convênios em nível institucional. Capacitação dos docentes	Alta	Alto
			Baixa de qualidade técnico-científica	Comprometimento da produção e difusão do conhecimento.	Deficiência de captação de recursos e de quadro profissional (docente)	Baixar a capacidade de captação de recursos, Queda de credibilidade e recrutamento discente, docente e de servidores	Melhorias nos sistemas de seleção de candidatos, aprimoramento em sintonia com as necessidades institucionais	Alta	Alto
	Extensão	27	Incapacidade de atendimento da demanda por Programas, Projeto e	Obrigatoriedade de Curricularização da Extensão Universitária; as atividades de extensão	Promulgação da Lei nº 13.005/2014, cujo prazo para entrada em vigor se encerra no final do exercício 2021	Ampliação da demanda por atividades de extensão na UFV.	Ampliação das ações de articulação conjunta com a PRE; ampliação dos programas de extensão para	Alta	Alto

		Ações de Extensão	deverão corresponder à no mínimo de 10% da matriz curricular dos cursos de graduação			atendimento da demanda.		
		Fragilidade dos sistemas institucionais de gestão das atividades	Incapacidade de avaliação das atividades realizadas, geração de informações inconsistentes, dificuldades de extração de dados	Sistema de gestão desatualizado e não integrado à outras plataformas.	Dificuldades de emissão de relatórios, de elaboração de métricas de desempenho e construção de indicadores; insatisfação dos usuários.	Atualização contínua do sistema para atendimento das demandas institucionais.	Alta	Alto
		Ausência de Editais de fomento	Impossibilidade de realização das atividades de extensão	Baixa prioridade institucional do Poder Público voltada às atividades de extensão	Não desenvolvimento das atividades de extensão universitária; fragilidade da interação da universidade com a sociedade.	Busca de fontes alternativas de financiamento.	Alta	Alto
	Assuntos Culturais	18	Fragilidade dos sistemas institucionais de gestão das atividades	Incapacidade de avaliação das atividades realizadas, geração de informações inconsistentes, dificuldades de extração de dados	Sistema de gestão desatualizado e não integrado à outras plataformas;	Dificuldades de emissão de relatórios, de elaboração de métricas de desempenho e construção de indicadores; insatisfação dos usuários.	Atualização contínua do sistema para atendimento das demandas institucionais.	Alta

			Ausência de Editais de fomento	Impossibilidade de realização das atividades de arte e cultura	Baixa prioridade institucional do Poder Público voltada às atividades de arte e cultura	Não desenvolvimento das atividades de arte e cultura; fragilidade da interação da com a sociedade e com a comunidade universitária; falta de valorização do potencial artístico e cultural da comunidade universitária.	Busca de fontes alternativas de financiamento; Estímulo às atividades artísticas e culturais de baixo custo.	Alta	Alto
	Eventos	12	Possibilidade de ocorrências negativas nos espaços de eventos da UFV	Fragilidade da infraestrutura física dos espaços destinados aos eventos	Manutenção insuficiente; projetos arquitetônicos antigos.	Falta de segurança. Dano à integridade institucional.	Articulação com a PAD para adequação das estruturas destinadas aos eventos	Média	Alto
			Fragilidade dos sistemas institucionais de gestão de eventos	Dificuldade no agendamento e organização dos eventos; Incapacidade de avaliação dos eventos realizados, geração de informações inconsistentes, dificuldades de extração de dados.	Sistema de gestão desatualizado e não integrado à outras plataformas.	Dificuldades no registro de eventos, emissão de relatórios, de elaboração de métricas de desempenho e construção de indicadores; insatisfação dos usuários.	Atualização contínua do sistema para atendimento das demandas institucionais.	Alta	Médio

Planejamento e Orçamento

Planejamento Estratégico	3	Não alcançar os Objetivos Institucionais	Pouco ou não monitoramento da execução do plano estratégico.	Falta de comprometimento dos gestores para o cumprimento dos plano estratégico; falta de definição do plano tático-operacional, que inclua ações específicas para o atingimento das Metas Estratégicas; ausência de definição de indicadores.	Comprometimento da missão institucional.	Sensibilizar os gestores sobre a importância do acompanhamento da execução e da avaliação dos planos tático-operacional e estratégico. Auxiliar os gestores na definição de indicadores. Acompanhar o desempenho dos gestores.	Baixa	Alto		
		Gestão da Tecnologia da Informação	22	Fragilidades no Plano de Desenvolvimento da Tecnologia da Informação (PDTI)	Atraso na execução dos projetos	Falta de recurso financeiro para execução de projetos	Queda na qualidade dos serviços de TI	Investimento em infraestrutura de tecnologia da informação; sensibilizar a alta administração sobre a importância dos projetos de TI	Média	Médio
				Fragilidade nos Serviços de TI	Soluções de TI incompatíveis com as necessidades da instituição	Mudança das necessidades de TI da instituição; elaboração de projetos sem efeitos positivos a instituição.	Alocação ineficaz de recursos de TI	Revisar as necessidades da instituição e atualizar plano de ação	Média	Alto
				Fragilidade nos Serviços de TI	Indisponibilidade de serviços de TI	Falha em equipamentos de TI	Atraso em atividades meio e fim que necessitem dos serviços de TI para sua execução	Investimento na renovação dos ativos de TI necessário para plena execução dos serviços de TI	Alta	Alto

		Fragilidade nos Serviços de TI	Ataques cibernéticos	Fragilidades na Segurança da Informação	Exposição de dados sensíveis, prejuízos à integridade e segurança institucionais e de toda a comunidade acadêmica/administrativa	Investimento em soluções de segurança da Informação	Baixa	Alto
Orçamento	11	Falta de controle da execução orçamentária	Desconformidades na geração de informações gerenciais	Falta de alinhamento às normas de execução orçamentária estabelecidas e ausência e/ou inconsistências dos dados patrimoniais. Falta de interação dos Sistemas estruturantes.	Informações imprecisas, distorção na análises dos indicadores	Capacitação. Análise contínua da legislação. Atendimento aos preceitos legais e adoção de soluções de tecnologia da informação.	Média	Baixo
		Falta de controle da execução orçamentária	Inconsistências na classificação de recursos	Não atendimento à legislação pertinente e falta de interação dos Sistemas estruturantes	Desconformidades na prestação de contas. Responsabilização dos gestores perante órgãos de controle.		Média	Alto
		Falhas na construção da matriz orçamentária	Distribuição ineficaz dos recursos orçamentários	Falta de alinhamento à legislação e ausência/insuficiência de inserção das unidades na construção da matriz	Distorções na distribuição dos recursos; falha na execução orçamentária relacionadas aos Projeto/Atividade da Lei Orçamentária Anual.	Ação conjunta para análise e construção da matriz orçamentária efetiva	Baixa	Alto

	Aquisições e Contratações	12	Inconsistências no Planejamento Anual de Contratações	Compras/contratações ineficientes;	Falta de coordenação das ações e/ou dimensionamento inadequado dos recursos orçamentários; falha nos estudos preliminares e formalização da demanda; falta de verificação do histórico de compras. Falhas nos processos de comunicação dos agentes envolvidos. Falta de treinamento dos agentes	Descumprimento de requisito legal. Não atendimento às demandas institucionais; Gasto de recursos públicos de forma inapropriada. Aumento indesejado dos processos licitatórios	Elaboração dos estudos técnicos preliminares observando à legislação pertinente e à quantificação/estimativas adequadas às necessidades; Capacitação permanente dos agentes	Média	Alto
			Falhas na logística de materiais	Recebimento, armazenamento e distribuição de materiais inadequados	Falhas na identificação do objeto. Ausência de especificação detalhada no empenho. Ausência de informações sobre a unidade demandante. Falta de treinamento dos agentes envolvidos.	Materiais não recebidos pela unidade demandante em tempo hábil. Aumento dos custos de estocagem. Materiais recebidos em desacordo com a aquisição.	Capacitação. Melhorias nos controles de recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais.	Média	Alto
	Governança	24	Inconsistências nas ações de gestão de Integridade	Plano de Gestão de Integridade ineficaz	Ineficiência no monitoramento das Ações	Dano a integridade. Não observância à base legal. Não identificação de risco para tomada de decisões	Atualização periódica do Plano de Integridade	Média	Alto
			Ausência de Plano de Gestão de Riscos	Inconsistências nas ações de gestão de Riscos	Não estabelecimento do apetite ao risco da instituição. Objetivos institucionais desatualizados.	Execução de ações de forma aleatória.	Capacitação. Formalização do Plano de Gestão de Riscos.	Média	Alto

			Inconsistências nas ações de Transparência	Ausência de informações no sítio institucional em Menu de 1º Nível	Estruturação do site não comporta a inclusão de mais informações no Menu.	Descumprimento à legislação pertinente. Dificuldade de controle social pelo cidadão.	Aumento da capacidade do sistema de informação. Melhoria na comunicação e divulgação.	Média	Alto
			Falhas na execução contratual	Serviço contratado não prestado da maneira devida.	Despreparo dos servidores. Não cumprimento dos prazos. Falta de padronização nas ações de Gestão de Contratos. Estudo preliminar ineficaz.	Dano ao erário. Descumprimento das cláusulas contratuais. Ingerência.	Capacitação. Penalização	Média	Alto
			Falhas na execução dos Termos de Execução Descentralizados - TED's	Falta de padronização das rotinas	Necessidade de adaptação das rotinas ao Decreto 10.426/2020; processos sem fluxo definido; tramitação de processos de forma manual.	Atraso no recebimento dos recursos e na celebração dos TED's. Possibilidade de perda dos recursos. Problemas na prestação de contas.	Atendimento ao novo marco regulatório. Capacitação. Normatização interna e informatização dos fluxos processuais.	Média	Alto
Comissão Permanente do Pessoal Docente - CPPD	Política do pessoal docente na UFV	3	Impropriedades no concurso público para contratação docente	Contestação do resultado do concurso público	Subjetividade na análise dos critérios das etapas do concurso;	Dano ao erário; Atraso na reposição de vagas; Recursos administrativos; ações judiciais e mandados de segurança; Cancelamento do concurso público; Sobrecarga das atividades administrativas da CPPD.	Padronização do processo seletivo; Definição de critérios objetivos; Transparência	Baixa	Alto

Anexo III

Supervisão Técnica da CGU

PAINT_RAINT
#1320104 Aguardando PAINT Final

Histórico

Filtrar por Tipo de Interação Filtrar por Campo

Avaliar PAINT Preliminar Elaine Cristina Alves de Carvalho (DIVPR/CGESUP/DS/SFC/CGU) 12/12/2022 11:32:38

Parecer: Adequado **Ficha de Avaliação:** Não informado

Comunicação de Resultados:
Informamos que o PAINT 2023 da UAIG - UFV foi considerado adequado.

Enviar PAINT Preliminar MATEUS HENRIQUE DE CASTRO DIAS (AUDIN/UFV) 06/12/2022 14:19:46

Serviços de Auditoria Previstos - PAINT Preliminar:
 2023-Serviços de Auditoria-UFV.xlsx

Alocação da Força de Trabalho:

Atividade	HH Previsto	HH Realizado
Serviços de Auditoria	8584	
Capacitação dos Auditores	630	
Monitoramento de Recomendações	2324	
Gestão e Melhoria da Qualidade	533	
Gestão Interna da UAIG	2898	
Levantamento de informações para órgãos de controle interno ou externo	332	
Reserva Técnica (demandas extraordinárias)	1331	
Outros	0	
	16.632,00	0,00